



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Paulo Alexandre Barbosa  
PSDB/SP

### COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O SISTEMA PORTUÁRIO BRASILEIRO (PL 733/2025)

Dispõe sobre o Sistema Portuário Brasileiro, regula a exploração dos portos, as atividades de operação portuária, o trabalho portuário e dá outras providências.

#### EMENDA SUPRESSIVA Nº , de 2025

Suprima-se o inciso XI do art. 2º, o inciso IX do art. 6º e o inciso IV do art. 9º do presente projeto de lei, que têm a seguinte redação:

“Art. 2º .....

.....

XI - os terminais de contêineres vazios e congêneres;”

(...)

“Art. 6º .....

.....





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Paulo Alexandre Barbosa  
PSDB/SP

IX - Terminal de Contêineres Vazios: instalação privada para devolução, armazenagem, guarda, conserto, reparo ou lavagem de contêineres vazios, localizados em zona de influência portuária;"

(...)

"Art. 9º.....

.....

IV - terminais de contêineres vazios."

Suprima-se, parcialmente, os incisos XXI e XXXII do art. 27 da Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, proposto no art. 149 do presente projeto de lei, para suprimir o termo "*terminais de contêineres vazios*", que passará a ter a seguinte redação:

"Art. 149. A Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27. ....

.....

.....

XXI - fiscalizar o funcionamento e a prestação de serviços das empresas de navegação de longo curso, de cabotagem, de apoio marítimo, de apoio portuário, fluvial e lacustre e terminais retroportuários alfandegados; (NR)

(...)

Apresentação: 07/08/2025 13:30:43.300 - PL073325  
EMC 42/2025 PL073325 => PL 733/2025  
EMC n.42/2025





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete do Deputado Paulo Alexandre Barbosa  
PSDB/SP

XXXII - elaborar e editar normas e regulamentos relativos à prestação de serviços e/ou armazenagem terminais retroportuários alfandegados, garantindo isonomia no seu acesso e uso, assegurado os direitos dos usuários a melhor contraprestação dos serviços e tratamento adequado.” (NR)

### **JUSTIFICAÇÃO**

Os terminais de contêineres vazios tratam de relações eminentemente privadas, que não requerem qualquer tipo de intervenção regulatória. Instituir regulação sobre esses agentes tende a criar incerteza quanto a futuros investimentos e quanto ao regular funcionamento dos terminais atualmente existentes.

Instituir a regulação sobre os terminais de contêineres vazios vai contra o espírito da própria revisão legal, que tem como condão fomentar investimentos à luz de uma maior liberdade empresarial.

Diferentemente dos terminais retroportuários, que são alfandegados e atuam em regime de competição com terminais primários, submetidos à regulação, os terminais de contêineres vazios prestam serviços que são absolutamente complementares, não-alfandegados e não-concorrentes.

Promover-se-ia, assim, um cenário de anomalia caso a proposta de revisão, que busca justamente simplificar procedimentos e corrigir distorções de mercado entre privados, acabasse por instituir regras sobre um agente que atua em regime de absoluta liberdade comercial.

Sala da Comissão, 06 de agosto de 2025.

**Deputado Paulo Alexandre Barbosa**  
**(PSDB/SP)**

